

Belém Transmissora de Energia S.A.

(Anteriormente denominada Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.)

Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2024

Belém Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	01
BALANÇO PATRIMONIAL	05
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	06
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	07
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	08
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	09

Notas Explicativas

1 CONTEXTO OPERACIONAL	10
2 SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	11
3 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	12
4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	12
5 CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	13
6 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	14
7 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	16
8 PROVISÃO PARA LITÍGIOS	18
9 DIVIDENDOS DECLARADOS	19
10 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
11 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21
12 PESSOAL E ADMINISTRADORES	21
13 RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22
14 REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO	22
15 CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS REGULATÓRIOS E SOCIETÁRIOS.....	22
16 CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO.....	26
17 CONCILIAÇÃO DO RESULTADO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	26

TERMO DE RESPONSABILIDADE



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

À Diretoria da
Belém Transmissora de Energia S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Belém Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

A Belém Transmissora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 28 de março de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 30 de abril de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carlos Santos Mota Filho', written over a faint, illegible stamp or background.

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE-020728/O

Belém Transmissora de Energia S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo	Notas	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	37.466	201	Fornecedores		4.143	6.578
Investimentos temporários	7	99.281	53.067	Obrigações sociais e trabalhistas		427	200
Concessionárias e permissionárias	5	18.019	15.859	Empréstimos, financiamentos e debêntures	7	25.842	21.528
Serviços em curso		1.089	977	Tributos a recolher		7.031	5.768
Tributos compensáveis		8.761	9.947	Dividendos declarados	9	1.454	6.208
Despesas pagas antecipadamente		3	8	Encargos setoriais		1.634	1.337
Outros ativos circulantes		1.000	1.854	Outros passivos circulantes		4.876	2.730
Total do ativo circulante		165.619	81.913	Total do passivo circulante		45.407	44.349
Não circulante				Não circulante			
Tributos compensáveis		17	10	Empréstimos, financiamentos e debêntures	7	399.375	395.432
Imobilizado	6	556.838	571.239	Tributos diferidos		547	148
Intangível	6	11.556	11.579	Outros passivos não circulantes		258	259
Total do ativo não circulante		568.411	582.828	Total do passivo não circulante		400.180	395.839
Patrimônio líquido				Patrimônio líquido			
				Capital social	10	146.857	146.857
				Reservas de lucro	10	141.586	77.696
				Total do patrimônio líquido		288.443	224.553
Total do ativo		734.030	664.741	Total do passivo e patrimônio líquido		734.030	664.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Belém Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso		135.842	139.552
Transmissão de energia elétrica		135.842	139.552
Tributos		(13.841)	(11.785)
PIS-PASEP		(2.469)	(2.225)
COFINS		(11.372)	(9.560)
Encargos - Parcela "A"		(1.829)	(1.691)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.295)	(1.245)
Taxa de fiscalização		(534)	(446)
Receita líquida / Ingresso líquido	11	120.172	126.076
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(23.016)	(30.454)
Pessoal e administradores	12	(3.229)	(3.471)
Material		(88)	(136)
Serviços de terceiros		(2.964)	(7.775)
Arrendamento e aluguéis		(43)	(69)
Depreciação e amortização		(16.750)	(17.271)
Outros		58	(1.732)
Resultado da Atividade		97.156	95.622
Resultado Financeiro		(26.366)	(25.528)
Receitas financeiras		9.726	8.424
Despesas financeiras		(36.092)	(33.952)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		70.790	70.094
Despesa com impostos sobre o lucro	13	(5.446)	(4.558)
Imposto de renda e contribuição social- correntes		(5.446)	(4.558)
Lucro líquido do exercício		65.344	65.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Belém Transmissora de Energia S.A.
Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Resultado do exercício	65.344	65.536
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	65.344	65.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Belém Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de lucros	Lucro (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		<u>146.857</u>	<u>79.463</u>	<u>-</u>	<u>226.320</u>
Dividendos adicionais de 2022 distribuídos		-	(24.364)	-	(24.364)
Lucro do exercício		-	-	65.536	65.536
Destinação do Lucro:					
Reserva de incentivo fiscal		-	18.001	(18.001)	-
Constituição de reserva legal		-	3.491	(3.491)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(663)	(663)
Dividendos intermediários distribuídos		-	(21.200)	(15.531)	(36.731)
Dividendos adicionais propostos		-	34.650	(34.650)	-
Realização da reserva de lucros a realizar		-	(5.545)	-	(5.545)
(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária		-	(6.800)	6.800	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		<u>146.857</u>	<u>77.696</u>	<u>-</u>	<u>224.553</u>
Lucro do exercício		-	-	65.344	65.344
Destinação do Lucro:					
Reserva de incentivo fiscal	10.2.a	-	16.747	(16.747)	-
Constituição de reserva legal	10.2.b	-	8.533	(8.533)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(1.454)	(1.454)
Dividendos intermediários distribuídos		-	-	-	-
Constituição da reserva para investimento e expansão	10.2.c	-	74.538	(74.538)	-
Constituição da Reserva de Lucros		-	104.028	(104.028)	-
Dividendos adicionais	10.2.d	-	(34.650)	34.650	-
(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária	10.2.e	-	(105.306)	105.306	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		<u>146.857</u>	<u>141.586</u>	<u>-</u>	<u>288.443</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Belém Transmissora de Energia S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro do exercício	65.344	65.536
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Depreciação e amortização	16.750	17.270
Baixas	3.774	-
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	32.554	31.964
Rendimentos de aplicações financeiras	(9.612)	(8.832)
Imposto de renda e contribuições sociais correntes	5.446	4.558
	<u>114.256</u>	<u>110.496</u>
Variações nas contas do ativo e passivo circulante e não circulante		
Concessionárias e permissionárias	(2.160)	(1.700)
Tributos compensáveis	724	5.647
Serviços em Curso	(112)	-
Obrigações trabalhistas	-	200
Despesas pagas antecipadamente	5	(8)
Outros ativos	854	(591)
Fornecedores	(2.435)	(3.567)
Tributos a recolher	1.298	163
Obrigações sociais e trabalhistas	227	-
Encargos setoriais	297	509
Outras contas a pagar	2.544	1.479
	<u>1.242</u>	<u>2.132</u>
Caixa líquido das atividades operacionais	1.242	2.132
Juros pagos	(22.852)	(25.019)
Pagamento de impostos	(5.019)	(5.027)
Rendimentos de aplicações financeiras	9.612	8.832
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	<u>97.239</u>	<u>91.414</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo imobilizado, líquido dos juros capitalizados	(6.100)	(5.369)
Aquisições no ativo intangível	-	(289)
(Aplicação) resgate sobre aplicações financeiras	(46.221)	(1.431)
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(52.321)</u>	<u>(7.089)</u>
Atividades de financiamento		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.445)	(17.442)
Dividendos pagos	(6.208)	(66.858)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	<u>(7.653)</u>	<u>(84.300)</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>37.265</u>	<u>25</u>
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes a caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	201	176
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	37.466	201
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>37.265</u>	<u>25</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Belém Transmissora de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Belém Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), é uma sociedade de propósito específico, anônima de capital aberto, constituída em 17 de novembro de 2016, e controlada pela Infraestrutura e Energia Brasil S.A. (“IEB”). A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, consistente na:

- (a) Linha de Transmissão (LT) Vila do Conde - Marituba C1, em 500^(*) kV, circuito simples, primeiro circuito, com extensão aproximada de 56^(*) km, com origem na Subestação Vila do Conde e término na Subestação Marituba;
- (b) Linha de Transmissão (LT) Marituba - Castanhal C1, em 500^(*) kV, circuito simples, primeiro circuito, com extensão aproximada de 68^(*) km, com origem na Subestação Marituba e término na Subestação Castanhal; e
- (c) Subestação Marituba (SE), em 500/230-13,8^(*) kV (3+1R) x 300 MVA, e em 230/69-13,8^(*) kV (2x200 MVA); com equipamentos de compensação reativa e respectivas conexões.

Em 05 de dezembro de 2024, através de aprovação em Assembléia Geral Extraordinária (AGE), houve alteração da razão social da Companhia, a qual passou a se chamar Belém Transmissora de Energia S.A. (anteriormente denominada Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.).

A Companhia tem prazo de duração equivalente ao prazo do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

As informações básicas relacionadas ao Contrato de Concessão são como segue:

<u>Número</u>	<u>Anos</u>	<u>Prazo</u>	<u>RAP 24/25</u>	<u>Índice de Correção</u>
20/2017	30	09/02/2047	R\$130.073	IPCA

A Receita Anual Permitida (“RAP”) garante que a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”).

Em 23 de janeiro de 2024, a ANEEL autorizou a Companhia, através da resolução autorizativa nº 15.016/2024, sob o Contrato de Concessão nº 020/2017, a implantar os reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade, com entrada em operação até 24 meses a contar da publicação da referida resolução, e estabeleceu o valor da correspondente parcela da RAP no total de R\$ 5.471.

1.1. Alteração do controle societário – compra e venda de ações

Em 08 de julho de 2024, foi celebrado o Share Purchase Agreement and Other Covenants (Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças) entre Equatorial Transmissão S.A. (“Equatorial Transmissão”), subsidiária integral da Equatorial S.A., e única acionista da Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. (“Equatorial SPE 7”), na qualidade de vendedora, e a Infraestrutura e Energia Brasil S.A. (“IEB”), na qualidade de compradora, com a interveniência e anuência da Equatorial SPE 7 e do “Caisse de Dépôt et Placement du Québec” (“CDPQ”), estabelecendo, dentre outras matérias, os termos e condições da venda da totalidade das ações de emissão da Equatorial SPE 7.

^(*) Informação não auditada.

Belém Transmissora de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

1.2. Contrato de concessão

O Contrato de Concessão nº 20/2017 assinados entre a ANEEL e a Outorgada em 10 de fevereiro de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão são 30 (trinta) anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério exclusivo do Poder Concedente.

A Outorgada está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 12.960/2021 com validade até 01 de abril de 2025, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

2 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Outorgada é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Outorgada está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente. O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

Belém Transmissora de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 15 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatório e societário.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, podendo apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração da Outorgada em 30 de abril de 2025.

4 Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias emitidas em 28 de março de 2025, exceto ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente , CPC 48 – Instrumentos Financeiros e quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Belém Transmissora de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

4.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Outorgada tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências, etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

4.3 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

4.4 Reconhecimento da receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida quando o ONS apura/reconhece os valores que a Outorgada tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

5 Concessionárias e permissionárias

A Outorgada não contabilizou provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

Os saldos de concessionárias e permissionárias em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são:

Descrição	Corrente a vencer	Corrente vencida				Total 2024	Total 2023
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	13.989	275	556	1.025	2.174	18.019	15.859
Total	13.989	275	556	1.025	2.174	18.019	15.859

Belém Transmissora de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Imobilizado e Intangível

6.1 Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço R\$ Mil	Valor Bruto em 2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 2024	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 2024	Valor Líquido em 2023
Transmissão									
Terrenos	6.986	-	-	-	6.986	-	-	6.986	6.986
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	19.079	-	-	5.160	24.239	5.160	(2.213)	22.026	17.597
Máquinas e Equipamentos	554.983	-	-	3.346	558.329	3.346	(47.419)	510.910	523.513
Veículos	329	-	-	-	329	-	(107)	222	269
Subtotal	581.377	-	-	8.506	589.883	8.506	(49.739)	540.144	548.365
Ativo Imobilizado em Curso R\$ Mil									
Transmissão									
Máquinas e Equipamentos	14.320	4.242	(3.724)	(3.346)	11.492	(2.828)	-	11.492	14.320
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	8.589	1.819	-	(5.160)	5.248	(3.341)	-	5.248	8.589
Despesas pagas antecipadamente	(35)	39	(50)	-	(46)	(11)	-	(46)	(35)
Subtotal	22.874	6.100	(3.774)	(8.506)	16.694	(6.180)	-	16.694	22.874
Total do Ativo Imobilizado	604.251	6.100	(3.774)	-	606.577	2.326	(49.739)	556.838	571.239

Ativo Imobilizado R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2024		2023	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	3,25%	589.883	(49.739)	540.144	548.365
Custo Histórico		589.883	(49.739)	540.144	548.365
Em Curso					
Transmissão		16.694	-	16.694	22.874
Custo Histórico		16.694	-	16.694	22.874
Total do imobilizado		606.577	(49.739)	556.838	571.239

A composição das adições do exercício por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso - R\$ Mil	Material / equipamentos	Serviços de terceiros	Outros Gastos	Total
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.818	2	-	1.820
Máquinas e equipamentos	2.713	915	613	4.241
Despesas pagas antecipadamente	39	-	-	39
Total das adições	4.570	917	613	6.100

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de Depreciação (%)
Transmissão	
Condutor de sistema	2,70%
Equipamento Geral	6,36%
Estrutura Geral	2,90%

De acordo com os artigos nº 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Belém Transmissora de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

As dez principais adições (que estão demonstrados na coluna de transferência, pois primeiro são adicionados no em curso, para depois serem transferidos para serviço) ao imobilizado em serviço no exercício (organizados pelo critério de valor) foram:

Denominação do imobilizado	Valor Imobilizado
BARRACÃO 600 m2	5.160
CUBIC MT CB1 ATÉ CB5 13,8KV 5XMTW04	706
TC P 500KV 4000RM-1 0,3C5/10P20 EXT 6E	237
TC P 230KV 1500RM-1 10P20 EXT	205
TERMOVISOR E95 TOUCH LENTE PADRAO 24°	138
BUCHA FASE AT 500KV 800A	124
BUCHA TRAF0 FORC AT COND 230/500KV 1600A	115
TRAF0 COR 500kV PED 4000RM:1A 5VA 0,3 4E	110
TRAF0 POT 500kV PED 500/R3:115/R3 50VA	106
TRAF0 POT CAP 230KV 230/R3KV:115/115/R3V	90
Total Geral	6.991

6.2 Intangível

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 2023	Valor Bruto em 2024	Amortização Acum.	Valor Líquido em 2024	Valor Líquido em 2023
Ativo Intangível em Serviço					
Transmissão					
Servidões	9.969	9.969	-	9.969	9.969
Desenvolvimento de projetos	706	706	(182)	524	547
Subtotal	10.675	10.675	(182)	10.493	10.516
Ativo Intangível em Curso					
Transmissão	1.024	1.024	-	1.024	1.024
Softwares	289	289	-	289	289
Desenvolvimento de projetos	735	735	-	735	735
Administração	39	39	-	39	39
Softwares	39	39	-	39	39
Subtotal	1.063	1.063	-	1.063	1.063
Total do Ativo Intangível	11.738	11.738	(182)	11.556	11.579

Belém Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

7 Empréstimos, financiamentos e debêntures

7.1 Abertura do endividamento

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pqto Juros	Frequência Pqto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	4.701	21.141	399.375	425.217	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debentures 2ª Emissão 130MM	1.709	3.533	170.459	175.701	SIM	nov/19	Real	IPCA	1,62%	15/04/2025	Semestral	15/04/2025	01/11/2038	Semestral	SAC
FDA 76MM	2.992	17.819	231.641	252.452	SIM	mai/19	Aval/Fiança	IPCA	4,85%	02/05/2025	Semestral	02/05/2025	15/04/2039	Semestral	SAC
CCAP - FDA	-	(147)	(1.880)	(2.027)	SIM	dez/20	Não há	Não há	0,00%	31/01/2025	Mensal	31/01/2025	01/11/2038	Mensal	Outro, especif. no cronograma
CCAP Debentures 2ª Emissão	-	(64)	(845)	(909)	SIM	set/19	Não há	Não há	0,00%	31/01/2025	Mensal	31/01/2025	15/04/2039	Mensal	Outro, especif. no cronograma

7.2 Cronograma de amortização do principal e juros de longo prazo

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
	2025	2026	2027	2028	2029	2030+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	22.908	24.675	26.441	28.208	22.908	274.235	399.375
Debentures 2ª Emissão 130MM	5.299	7.066	8.832	10.599	5.299	133.364	170.459
FDA 76MM	17.819	17.819	17.819	17.819	17.819	142.546	231.641
CCAP - FDA	(146)	(146)	(146)	(146)	(146)	(1.150)	(1.880)
CCAP Debentures 2ª Emissão	(64)	(64)	(64)	(64)	(64)	(525)	(845)

Belém Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

7.3 Abertura dos ativos financeiros

Instituição / Linha credora	Principal Curto Prazo	Saldo 2024	Saldo 2023
Ativos Financeiros	136.747-	136.747	53.268
Caixa e aplicações financeiras			
Saldo final de caixa - Conta 111	31	31	21
Aplicação financeira CDB	37.435	37.435	180
Caixa e equivalentes de caixa - subtotal	37.466	37.466	201
Aplicação financeira Fundos DI	81.263	81.263	51.193
Aplicação financeira outros Fundos de Invest.	-	-	212
Aplicação financeira - Recursos vinculados	18.018	18.018	1.662
Investimentos temporários - subtotal	99.281	99.281	53.067

7.4 Composição do endividamento e dívida líquida

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo 2024	Saldo 2023
(+) Dívida Bruta	4.701	21.141	399.375	425.217	416.960
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	2.992	17.819	231.641	252.452	248.832
Debêntures Moeda Nacional	1.709	3.322	167.734	172.765	168.128
(-) Ativos Financeiros	-	118.729	18.018	136.747	(53.268)
Alta Liquidez	-	118.729	18.018	136.747	(53.268)
(+) Dívida Líquida	4.701	139.870	417.393	561.964	363.692

7.5 Covenants e garantias dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Outorgada possuem garantias reais e *covenants* cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Em 28 de novembro de 2024, foi realizada a assembleia geral extraordinária de acionistas da Infraestrutura e Energia Brasil S.A. (Nova Fiadora), na qual foram deliberados e aprovados, entre outros termos, a (i) assunção de todas as obrigações assumidas pelas Fiadoras Originais no âmbito da Escritura de Emissão pela Nova Fiadora; e (ii) outorga, pela Nova Fiadora, de garantia fidejussória, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todas as Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão (“AGE da Nova Fiadora” e “Fiança”, respectivamente).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Outorgada cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue:

- i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Outorgada, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado entre 31 de dezembro de 2024; e

Belém Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- ii) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Infraestrutura e Energia Brasil S.A., sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) com relação as demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

<i>Covenants debêntures</i>	<i>2ª debêntures</i>
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Outorgada: <=4,5	2,6
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Fiadora: <=5,0	3,4

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Outorgada cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

8 Provisão para litígios

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Outorgada com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. O total estimado de processos, em 31 de dezembro de 2024, cuja probabilidade foi classificada como possível é de R\$ 2.930 (R\$ 2.860 em 31 de dezembro de 2023), conforme segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Cível	2.666	1.922
Trabalhista	264	109
Ambiental	-	829
Total	<u>2.930</u>	<u>2.860</u>

8.1 Cível

A Outorgada figura como ré em 4 processos cíveis em 31 de dezembro de 2024 (2 processo em 31 de dezembro de 2023), dos quais, 3 (2 em 31 de dezembro de 2023) referem-se à reintegração de posse e indenizações com expectativa de perda possível, no montante total de R\$ 2.666 (R\$ 1.922 em 31 de dezembro de 2023).os quais, referem-se à reintegração de posse e indenizações.

Em 31 de dezembro de 2024, dentre entre os processos destaca-se como mais relevante o processo nº 0801761.60.2020.8.14.0133, de reintegração de posse no montante de R\$ 2.220 (R\$ 1.921 em 31 de dezembro 2023).

8.2 Trabalhista

A Outorgada figura como ré em 4 processo trabalhista em 31 de dezembro de 2024 (1 processo em 31 de dezembro de 2023), ao qual, refere-se a reclamações de verbas rescisórias, processo nº. 0000370-47.2024.5.08.0015 no montante de R\$ 263 (R\$ 109 em 31 de dezembro 2023).

Belém Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

9 Dividendos declarados

Conforme o estatuto social da Outorgada, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. De acordo com o parágrafo 6.3.25 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), o valor dos dividendos e da reserva legal deverão ser calculados tomando-se como base o resultado societário.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício (societário)	170.650	87.828
(-) Reserva de incentivo fiscal	(16.747)	(18.001)
(-) Reserva legal	<u>(8.533)</u>	<u>(3.491)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>145.370</u>	66.336
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	1.454	663
Realização da reserva de lucros a realizar – Dividendos mínimos	-	5.545
Dividendos adicionais propostos	-	34.650
Total dividendos mínimos e adicionais do exercício	<u><u>1.454</u></u>	<u><u>40.858</u></u>

A movimentação dos dividendos declarados está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>5.763</u>
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	24.364
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	663
Dividendos da reserva de lucro a realizar	5.545
Dividendos intermediários distribuídos	36.731
Pagamento de dividendos no exercício	<u>(66.858)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>6.208</u>
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	1.454
Pagamento de dividendos no exercício	<u>(6.208)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u><u>1.454</u></u>

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado à reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das Outorgadas. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

Belém Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

10 Patrimônio líquido

10.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado da Outorgada é de R\$ 146.857.

Os acionistas da Outorgada integralizaram totalmente seu capital social até a data prevista de 31 de dezembro de 2024, conforme definido na Reunião do Conselho de Administração (RCA) de 18 de outubro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital está representado por 146.857.116 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Infraestrutura e Energia Brasil S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. De acordo com o Estatuto Social, a Outorgada está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 197.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

10.2 Reserva de lucros

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Reserva de incentivos fiscais	(a)	49.018	32.271
Reserva legal	(b)	28.185	19.652
Reserva para investimento e expansão	(c)	118.673	44.135
Reserva de dividendos adicionais propostos	(d)	-	34.650
(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária	(e)	(54.290)	(53.012)
Total		<u>141.586</u>	<u>77.696</u>

a. Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Outorgada. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva é de R\$ 49.018 (R\$ 32.271 em 31 de dezembro de 2023), a movimentação do exercício de R\$ 16.747 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDAM utilizado no exercício de 2024.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva legal corresponde a R\$ 28.185 (R\$ 19.652 em 31 de dezembro de 2023).

c. Reserva para investimento e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 34, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Outorgada, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Outorgada; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua Controladora. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva de lucros é de R\$ 118.673 (R\$ 44.135 em 31 de dezembro de 2023).

Belém Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

d. Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2024, não houve saldo na reserva (R\$ 34.650 em 31 de dezembro de 2023).

e. Proventos Excedentes da Contabilidade Societária

É constituída em função dos efeitos de GAAP (*Generally Accepted Accounting Principles*) entre a contabilidade societária e regulatória. Conforme o MCSE, a reserva legal e todos os efeitos que impactam o caixa advindos da contabilidade societária, devem ser refletidos na contabilidade regulatória, e como ambas possuem resultados diferentes, todas as diferenças são registradas no grupo em questão.

11 Receita operacional líquida

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Transmissão de energia elétrica	135.842	139.552
Receita operacional bruta	135.842	139.552
Tributos (a)	(13.841)	(11.785)
PIS	(2.469)	(2.225)
COFINS	(11.372)	(9.560)
Encargos – Parcela “A”	(1.829)	(1.691)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(1.295)	(1.245)
Taxa de fiscalização	(534)	(446)
Total das deduções da receita	(15.670)	(13.476)
Receita operacional líquida	120.172	126.076

(a) Em 2024, o valor do PIS e da COFINS foi impactado pela tributação sobre a receita da CDE, com a apuração incluindo valores retroativos reconhecidos em agosto do mesmo ano. Além disso, foi realizada uma reclassificação contábil que alterou a composição da receita bruta. Os valores referentes aos Encargos Rescisórios – ONS, que antes eram registrados como receita, passaram a ser adequadamente reconhecidos como passivo.

12 Pessoal e administradores

Segue abaixo a abertura dos grupos de pessoal e de administradores conforme é requerido pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE):

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Pessoal	(2.806)	(3.078)
Remuneração	(1.955)	(1.653)
Encargos	(178)	(758)
Previdência privada - Corrente	(2)	(11)
Participação no lucro – PLR	(592)	(578)
Outros benefícios – corrente	(79)	(78)
Administradores	(423)	(393)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(422)	(393)
Benefícios dos Administradores	(1)	-
Total	(3.229)	(3.471)

Belém Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

13 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados com base no lucro real às alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% da contribuição social:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	70.790	70.094
Imposto de renda e contribuição social corrente (25% e 9%)	(24.069)	(23.832)
Efeitos fiscais sobre:		
Incentivos fiscais (a)	16.747	18.001
Ativo contratual - CPC 47	1.876	1.273
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(5.446)	(4.558)

(a) A Outorgada obteve em 2022 o benefício do lucro da exploração concedido pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) referente a redução de 75% da receita líquida da atividade operacional.

14 Revisão e Reajuste Tarifário

14.1 Reajuste Tarifário Anual

A Outorgada receberá pela prestação do serviço público de transmissão a RAP que será atualizada anualmente, por meio de resolução homologatória (REH) emitida pela ANEEL, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2024-2025 que teve seu início no mês de julho de 2024, a RAP da Outorgada é de R\$ 130.073 (MM), conforme Resolução Homologatória nº 3.348/2024.

14.2 Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última Revisão Tarifária Periódica (RTP) na Outorgada ocorreu por meio da REH 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de julho de 2022), reajustou em 9,63% a RAP.

15 Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, bem como as reclassificações entre rubricas realizadas nesta última com a finalidade de melhor análise de seus investidores.

Belém Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Balço patrimonial

Ativo	Nota	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		37.466	-	37.466	201	-	201
Investimentos temporários		99.281	-	99.281	53.067	-	53.067
Concessionárias e permissionárias		18.019	-	18.019	15.859	-	15.859
Tributos compensáveis		8.761	-	8.761	9.947	-	9.947
Despesas pagas antecipadamente		3	-	3	8	(8)	16
Serviços em curso		1.089	(258)	1.347	977	-	977
Ativos de contratos	15.1	-	(127.740)	127.740	-	(133.813)	133.813
Outros créditos a receber		1.000	260	740	1.854	-	1.854
Total do ativo circulante		165.619	(127.738)	293.357	81.913	(133.821)	215.734
Não circulante							
Ativo de contratos	15.1	-	(1.139.052)	1.139.052	-	(991.032)	991.032
Imobilizado	15.2	556.838	556.838	-	571.239	571.239	-
Intangível	15.3	11.556	11.033	523	11.579	11.032	547
Tributos compensáveis		17	-	17	10	-	10
Total do ativo não circulante		568.411	(571.181)	1.139.592	582.828	(408.761)	991.589
Total do ativo		734.030	(698.919)	1.432.949	664.741	(542.582)	1.207.323
Passivo	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante							
Fornecedores		4.143	-	4.143	6.578	-	6.578
Obrigações sociais e trabalhistas		427	266	161	200	-	200
Empréstimos, financiamentos e debêntures		25.842	-	25.842	21.528	-	21.528
Tributos a recolher		7.031	30	7.001	5.768	-	5.768
PIS e COFINS diferidos	15.4	-	(5.287)	5.287	-	(5.306)	5.306
Dividendos declarados		1.454	-	1.454	6.208	-	6.208
Encargos setoriais		1.634	-	1.634	1.337	-	1.337
Outros passivos circulantes		4.876	(292)	5.168	2.730	-	2.730
Total do passivo circulante		45.407	(5.283)	50.690	44.349	(5.306)	49.655
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures		399.375	-	399.375	395.432	-	395.432
PIS e COFINS diferidos	15.4	-	(111.892)	111.892	-	(117.623)	117.623
Tributos diferidos a recolher	15.4	547	(211.333)	211.880	148	(154.548)	154.696
Outros passivos não circulantes		258	-	258	259	-	259
Total do passivo não circulante		400.180	(323.225)	723.405	395.839	(272.171)	668.010
Total do passivo		445.587	(328.508)	774.095	440.188	(277.477)	717.665
Patrimônio líquido							
Capital social		146.857	-	146.857	146.857	-	146.857
Reserva de lucros	16	141.586	(370.411)	511.997	77.696	(265.105)	342.801
Total do patrimônio líquido		288.443	(370.411)	658.854	224.553	(265.105)	489.658
Total do passivo e patrimônio líquido		734.030	(698.919)	1.432.949	664.741	(542.582)	1.207.323

Belém Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do resultado

	Nota	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita / Ingresso	15.5	135.842	(147.816)	283.658	139.552	(34.809)	174.361
Transmissão de energia elétrica		135.842	135.842	-	139.552	139.552	-
Receita de remuneração de ativo de contrato		-	(265.788)	265.788	-	(151.906)	151.906
Receita de construção		-	(1.278)	1.278	-	-	-
Receita de O&M		-	(10.709)	10.709	-	(22.455)	22.455
Atualização Ativo de Contratos		-	(14)	14	-	-	-
(-) Pis e Cofins - diferido s/ ativo de contrato		-	(5.869)	5.869	-	-	-
Tributos		(13.841)	119	(13.960)	(11.785)	9.004	(20.789)
PIS-PASEP		(2.469)	-	(2.469)	(2.225)	1.483	(3.708)
Cofins		(11.372)	-	(11.372)	(9.560)	7.521	(17.081)
Outros tributos		-	119	(119)	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		(1.829)	-	(1.829)	(1.691)	-	(1.691)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.295)	-	(1.295)	(1.245)	-	(1.245)
Taxa de fiscalização		(534)	-	(534)	(446)	-	(446)
Receita líquida / Ingresso líquido		120.172	(147.697)	267.869	126.076	(25.805)	151.881
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		-	487	(487)	-	-	-
Custo de construção		-	487	(487)	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		120.172	(147.210)	267.382	126.076	(25.805)	151.881
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(23.016)	(14.880)	(8.136)	(30.454)	(8.855)	(21.599)
Pessoal e administradores		(3.229)	-	(3.229)	(3.471)	-	(3.471)
Material		(88)	(45)	(43)	(136)	-	(136)
Serviços de terceiros		(2.964)	1.891	(4.855)	(7.775)	8.392	(16.167)
Arrendamento e aluguéis		(43)	-	(43)	(69)	-	(69)
Depreciação e amortização	15.2.1	(16.750)	(16.726)	(24)	(17.271)	(17.247)	(24)
Outros		58	-	58	(1.732)	-	(1.732)
Resultado da Atividade		97.156	(162.090)	259.246	95.622	(34.660)	130.282
Resultado Financeiro		(26.366)	-	(26.366)	(25.528)	-	(25.528)
Receitas financeiras		9.726	-	9.726	8.424	-	8.424
Despesas financeiras		(36.092)	-	(36.092)	(33.952)	-	(33.952)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		70.790	(162.090)	232.880	70.094	(34.660)	104.754
Despesa com impostos sobre o lucro		(5.446)	56.784	(62.230)	(4.558)	12.368	(16.926)
Resultado líquido do exercício	17	65.344	(105.306)	170.650	65.536	(22.292)	87.828

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

15.1 Ativo de contrato

O ajuste de R\$ 1.266.792 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.124.845 em 31 de dezembro de 2023), identificado entre a linha de ativo contratual regulatório e o societário, é decorrente da não aplicação do CPC 47 – Receita de contrato com cliente, na contabilidade regulatória.

De acordo com a legislação regulatória, o ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Outorgada terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão. O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

Belém Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

15.2 Imobilizado

O ajuste de R\$ 556.838 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 571.239 em 31 de dezembro de 2023), identificado entre o ativo imobilizado regulatório e os ativos de contrato e intangível societários, decorre da aplicação da legislação societária. Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e intangível.

15.2.1 Depreciação e Amortização

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados às concessões são capitalizados no ativo imobilizado e passam a ser depreciados de acordo com a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Outorgada aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1) e OCPC05 a partir do início da concessão.

15.3 Intangível

O ajuste de R\$ 11.033 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 11.032 em 31 de dezembro de 2023), identificado entre o ativo intangível regulatório e o societário, é decorrente da aplicação da legislação societária, onde o ativo financeiro intangível operacional é reconhecido como ativo financeiro amortizado e indenizável, de acordo com as determinações do ICPC01 (R1).

De acordo com a legislação regulatória são considerados como intangíveis: (i) os direitos de uso de software que são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware), e são amortizados linearmente de acordo com a vida útil estimada do software e (ii) faixas de servidão referem-se a direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Outorgada, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

15.4 Tributos diferidos

Os ajustes identificados entre os tributos diferidos da contabilidade regulatória e a societária são decorrentes dos impostos de IRPJ/CSLL no valor de R\$ 211.333 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 154.548 em 2023) e PIS/COFINS diferidos no valor de R\$ 117.179 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 122.929 em 2023), onde todos os efeitos se referem à aplicação do CPC 47 e ICPC 01 (R1) que foram eliminados nas demonstrações regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

15.5 Receitas e despesas do resultado do exercício

Todas as diferenças apresentadas no resultado do exercício são geradas em função da Outorgada não adotar na demonstração regulatória o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, e com isso, eliminar todos os efeitos provenientes dele, que incluem receitas, custo de construção e impostos diferidos.

Belém Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

16 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldos conforme contabilidade societária	658.855	489.658
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de (ICPC 01) (a)	<u>(370.412)</u>	<u>(265.105)</u>
Saldos conforme contabilidade regulatória	<u>288.443</u>	<u>224.553</u>

- (a) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

17 Conciliação do resultado societário e regulatório

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldos conforme contabilidade societária	170.650	87.828
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	<u>(105.306)</u>	<u>(22.292)</u>
Lucro / (prejuízo) do exercício – Regulatório	<u>65.344</u>	<u>65.536</u>

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação do CPC 47 e ICPC 01 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Diretoria Executiva

Jose Cherem Pinto
Diretor Presidente

Ana Graciela Heugas Granato
Diretora

Djamila Muniz de Carvalho
Contadora
CRC RJ 125.608/O